

## **REQUERIMENTO Nº                   , DE 2009**

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, *a*, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito seja o presente requerimento encaminhado ao Exmo. Ministro do MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, para que determine à Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS que encaminhe cópia da seguinte documentação, preferencialmente em meio magnético, no prazo de 15 dias:

- Relação dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da holding do Sistema Petrobras e das empresas integrantes do grupo empresarial, no período de 2003 até a presente data, bem como suas remunerações percebidas em cada exercício, datas de ingresso e saída.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A decisão dos partidos de oposição no Senado Federal no sentido de instaurar uma CPI para investigar a Petrobras decorreu de desconfianças de que a companhia está sendo mal administrada, aparelhada em sua cúpula por pessoas despreparadas e de duvidosa conduta ético-gerencial, para dizer o mínimo.

Os motivos para essas desconfianças são muitos. Há sinais de falhas graves nos orçamentos, custos crescentes, endividamento muito acima do previsto pela própria empresa e recurso a fontes de financiamento inusitadas, jamais utilizadas antes. Os fatos que sustentam essas afirmações são os seguintes:

- Orçamentos bilionários para construção de plataformas e refinarias vêm sofrendo aditivos em percentuais inimagináveis para companhias com o porte das integrantes do Sistema Petrobras, sinalizando, no mínimo, deficiente planejamento;
- Sucessivas quedas em sua margem de lucro bruto trimestral, mesmo com o aumento na Receita Líquida, decorrente de

artifício contábil ilegal, que proporcionou à empresa o não recolhimento de R\$ 4,3 bilhões em tributos, o que é sinal claro de custos crescentes em proporção à receita;

- Endividamento excessivo, em uma busca desenfreada de recursos de magnitude nunca vista no passado da empresa, que a levou a recorrer até mesmo a empréstimos bilionários do Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNDES em linhas de crédito jamais utilizadas pela empresa;
- Negócio da China mal explicado, que resultou em endividamento externo de US\$ 10 bilhões com este país, a pretexto de suprir as necessidades de investimento, sendo que a própria Petrobras, em esclarecimento público de 27/11/2008, afirmou que seu plano de negócios 2008/2012 previa captações anuais de somente US\$ 4 bilhões.

Quanto à questão ética, os fatos não partiram dos partidos de oposição, mas da Polícia Federal, Ministério Público e Tribunal de Contas da União, em diversos procedimentos instaurados para investigar atos lesivos ao patrimônio público. O que antes eram episódios esporádicos de menor expressão, agora vem se tornando rotina.

O objeto do presente requerimento é de fundamental importância para que se tome conhecimento dos responsáveis pelas principais decisões das empresas integrantes do Grupo e pela fiscalização da lisura dessas decisões.

O Sistema Petrobras ufana-se de ter ganhado prêmios internacionais pela sua transparência. Certamente, a empresa não se negará a contribuir para o cumprimento da missão constitucional que cabe ao Poder Legislativo, no sentido de fiscalizar os atos do Poder Executivo e das empresas sob seu controle gerencial.

Sala das Sessões,

Senador **RAIMUNDO COLOMBO**